

ÁREA DE TAQUIGRAFIA E PUBLICAÇÃO-ATP

**NOTAS TAQUIGRÁFICAS**

COMISSÃO: Reunião Extraordinária da Comissão do Meio Ambiente e Recursos Naturais

DATA: 21/09/2001  
45

HORA: 14 horas

FOLHAS: 01 a

PRESIDENTE: Deputado Fábio Avelar

PARTICIPANTES: Deputado Antônio Andrade

Deputada Maria José Haueisen

Deputado Antônio Andrade

CONVIDADOS:

Maria Dalce Ricas

José Ernesto de Souza

Leonardo Souza Ramos

José Oswaldo

Belchior Alves de Araújo

Alexandre Garcia Silva

Jackson Soares Guimarães

Prefeito Juvelino

Valdemar José da Silva

Dolores Rosa Solis

Manoel Monteiro dos Santos

José Eurípedes Borges

Antônio Roberto Barbosa de Oliveira

Gilberto Batista Diniz

Fenrando Laureano

Cláudio Scliar

Gilberto

**OBS.:** Como não foi feita a roteirização da reunião, eventuais falhas na identificação de oradores

poderão ocorrer.

Notas taquigráficas sem revisão dos oradores.

**O Sr. Presidente (Deputado Fábio Avelar)** – Há número regimental.

Declaro aberta a 29ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Com a palavra, a Deputada Maria José Hauelsen, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

**O Deputado Antônio Andrade** – Sr. Presidente, peço dispensa da leitura da ata.

**O Sr. Presidente** – É regimental. Não havendo quem se oponha ao requerimento do ilustre Deputado Antônio Andrade, dispenso a sua leitura e dou-a por aprovada. Solicito aos Deputados que a subscrevam.

Esta reunião tem, a finalidade de discutir, em audiência pública, os impactos ambientais e os efeitos sociais provocados pela extração de minério de zinco na região de Vazante.

Convidamos para tomar assento à mesa e participar dos nossos trabalhos o Dr. Jaques Soares Guimarães, Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Vazante; a Dra. Maria Dalce Ricas, Presidente da Associação Mineira de Defesa do Meio Ambiente; o Vereador Belchior Alves de Araújo, ilustre Presidente da Câmara Municipal de Vazante; o Dr. Alessandro Garcia Silva, Promotor de Justiça de Vazante; o Sr. José Ernesto de Souza, Presidente do CODEMA de Vazante; Sr. José Oswaldo, Presidente do Sindicato das Indústrias Extrativas de Paracatu; o Sr. Leonardo Souza Ramos, Vice-Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica de Vazante, representando o Sr. Edgar Nunes da Silva, Presidente; o Sr. Jovelino Cândido Filho, Prefeito Municipal de Lagamar; o Presidente da Câmara Municipal de Lagamar. (- Palmas.)

Tivemos um pequeno atraso de manhã. O Sr. Prefeito e o Sr. Promotor nos acompanhavam e já devem estar chegando ao recinto. Mas, para adiantar, vamos iniciar os trabalhos de hoje.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer e cumprimentar a todos pela presença, dizendo da satisfação da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais de estar presente na cidade de Vazante e participar desta audiência pública, que tem uma importância fundamental para todos os segmentos desta comunidade. Participar de uma assembléia cheia como esta é muito importante para a Assembléia.

Três Deputados estão aqui, todos da Comissão de Meio Ambiente. Vou apresentá-los: Deputada Maria José Haueisen; eu, Deputado Fábio Avelar, como Vice-Presidente desta Comissão, substituindo o Presidente Deputado José Milton, autor do requerimento que originou a realização desta assembléia, o qual não pôde estar presente por problemas de agenda - hoje, sua cidade está comemorando 211 anos, e ele é o responsável por uma série de atividades e nos pediu que lhes apresentassem suas desculpas -, e, por fim, uma figura ilustre desta terra, pessoa que é ídolo de todos nós da Assembléia Legislativa, um exemplo pelo seu trabalho, dedicação e luta, pessoa que não somente representa Vazante, mas também toda a nossa região, o ilustre Deputado Antônio Andrade, Líder do Governo naquela Casa.

Seria de praxe passarmos a palavra ao autor do requerimento que, infelizmente, não pôde estar presente, mas incumbiu-me de fazer a leitura. (- Lê:)

"O Deputado que este subscreve requer, nos termos regimentais, sejam realizadas uma visita e uma audiência pública desta Comissão no Município de Vazante, para verificar os danos ambientais ocasionados pela extração de minério de zinco na região e evidenciados por rebaixamento dos níveis de água subterrâneos, aparecimento de crateras na superfície do solo, assoreamento da rede de drenagem e contaminação das águas com metais pesados, conforme denúncias veiculadas na imprensa. Requer, por oportuno, sejam convidados para participar da audiência e da visita as autoridades e representantes das entidades nominadas em anexo."

Este requerimento foi aprovado por unanimidade na Comissão de Meio Ambiente, já que a Comissão achou o assunto da maior importância. Coube à Comissão realizar esta audiência pública com o intuito de escutar todos vocês. Não estamos defendendo A ou B. A posição da Assembléia - como não

poderia deixar de ser - é totalmente independente. Por isso, estamos aqui.

Pela manhã, fizemos várias visitas no Município de Vazante. Tivemos oportunidade de visitar a mineração, seus processos de extração, as suas unidades. Verificamos algumas regiões afetadas. Estamos com um pouco de atraso, mas vamos escutar todos vocês.

Passamos a palavra aos membros da Mesa. Peço que sejam breves, porque o nosso objetivo principal é escutar todos os que quiserem se manifestar. Pedimos a nossa assessoria que providencie a inscrição dos que forem utilizar da palavra.

Convidamos para tomar assento à mesa o Sr. Prefeito. Passo a palavra à ilustre Presidente da AMDA, Dra. Maria Dalce Ricas, para as suas considerações iniciais. A Mesa dispensa o cumprimento formal das autoridades, para que possamos agilizar os trabalhos.

**A Sra. Maria Dalce Ricas** - Boa tarde a todos. Gostaria de agradecer o convite da Comissão de Meio Ambiente para comparecer a esta audiência.

Rapidamente gostaria de dizer que sou Superintendente Executiva da Associação Mineira de Defesa do Ambiente - AMDA, uma organização não governamental que tem como finalidade a defesa do meio ambiente.

Não temos como finalidade lutar contra quaisquer atividades econômicas que se desenvolvam. A nossa finalidade é lutar para que essas atividades econômicas se desenvolvam de acordo com as leis ambientais, ou seja, que as empresas desenvolvam suas atividades sem estragar o solo, a água, etc. Este é o nosso objetivo. Não trabalhamos contra atividade econômica alguma.

Temos 23 anos de luta. A questão da mineração, em Minas Gerais, foi sempre alvo nosso. Essa é uma área que conheço bem. A mineração por si só não é bonita realmente. Sempre digo para os profissionais da área que somente eles acham a mineração bonita. Mas, como toda atividade econômica, a mineração tem um impacto. Por outro lado, quem sustenta a nossa forma de vida - este microfone que usamos, esta caneta com a qual escrevemos -, quase tudo que usamos, são os minérios que retiramos do solo. Particularmente, penso que retiramos minério demais, porque desperdiçamos muita coisa. Mas esse é o nosso modo de vida. Ou aceitamos que

essa atividade que tem impacto se desenvolva ou não aceitamos.

Somos a favor de uma mineração responsável. Esta audiência foi realizada para analisarmos o impacto ambiental e social das minerações de zinco. Estou vendo uma faixa cobrando o passivo trabalhista da MASA, empresa que, inclusive, foi fechada pelo Conselho Estadual de Política Ambiental por causa de degradação ambiental no município.

Outra que conheço é a Companhia Mineira de Metais, que, parece-me, é o objetivo principal da audiência.

Falo, agora, em nome de técnicos da entidade da qual participo. A própria empresa admite que houve realmente um processo de delineamento em função do acidente ocorrido na mina, em abril de 1999. Quero dizer, ainda, que está presente o engenheiro Túlio, técnico da Fundação Estadual de Meio Ambiente, responsável por acompanhar atividades mineradoras, entre elas a Companhia Mineira de Metais.

Acreditamos na FEAM, no engenheiro Túlio, por ser um técnico responsável e competente.

A FEAM atesta que houve realmente um acidente. Foram tomadas todas as medidas possíveis para que suas conseqüências fossem minimizadas. O COPAM não aceitou a proposta de suspensão das atividades da mineração, então ela vai continuar, assim como os impactos. Bombear água subterrânea é um impacto, mas a mineração não pode acontecer sem esse bombeamento.

Segundo o depoimento do Túlio o processo de dominamento teve um pico súbito em função do acidente, mas considerando-se as condições normais de exploração da mina, ele deverá voltar ao âmbito normal que acontece na natureza.

Em resumo, ou aceitamos a Companhia Mineira de Metais, que eu testemunho ser realmente uma empresa séria com relação às suas responsabilidades ambientais, com os impactos que ela causa ao meio ambiente e com os benefícios sociais, ou optamos por fechar a empresa, e o município arcar com as conseqüências ambientais e sociais.

Era o que eu tinha a dizer. Estou falando após 23 anos de atuação. Não estou defendendo a atividade mineradora

incontinente. Distribuo um jornal para as pessoas que o lerem vejam que nossa posição é clara. Não somos contra a atividade mineradora responsável. Infelizmente não são muitos os exemplos de atividade mineradora responsável. A maior parte das minerações em Minas Gerais são irresponsáveis, sujam rios, não reabilitam as áreas que mineram, falando somente na área ambiental. Muito obrigada.

**O Sr. Presidente** – Vamos passar a palavra para o Sr. José Ernesto de Souza, Presidente do CODEMA de Vazante.

**O Sr. José Ernesto de Souza** – Boa tarde a todos. Nós do CODEMA de Vazante, nesses anos que estamos aqui estamos seguindo a mesma linha da Dalce da AMDA. Sabemos que todo processo minerador traz impactos ambientais. Ao longo desse processo posterior ao acidente que ocorreu na companhia mineradora o CODEMA foi muito atuante acionando os órgãos competentes. Participamos também do processo de licenciamento da operação da barragem para reparação do acidente e verificamos que a empresa tem direcionado toda sua atenção para a questão ambiental. Quando foi proposta essa avaliação dos danos causados pelos impactos ambientais e sociais para o município de Vazante em virtude da extração do minério de zinco, gostaria que isso também fosse estendido a todas as mineradoras do nosso município. Como foi falado aqui temos outras empresas que têm causado mais danos do que reparação ao nosso município. Gostaria de colocar isso e ressaltar que realmente a empresa cumpriu com aquilo que nos foi prometido em nossas visitas e vistorias juntamente com a FEAM, para sanar os danos e impactos causados em virtude do acidente de abril de 1999.

**O Sr. Presidente** – Vamos passar a palavra para o Sr. Leonardo Souza Ramos, Vice-Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica de Vazante, que representa o seu Presidente, o Sr. Edgar Nunes da Silva.

**O Sr. Leonardo Souza Ramos** – Senhoras e senhores, companheiros de trabalho, boa tarde. Há hoje aqui questões a ser levantadas e que devem ser observadas sob dois pontos de vista. Conclamo a sociedade constituída e toda a comunidade de Vazante a acharmos o terceiro ponto que é o ponto de equilíbrio. Acredito naquele velho jargão: “Não se pode fazer omeletes sem quebrar ovos”. Mas há de se observar e cuidar das cascas dos ovos. A Cia. Mineira de Metais, até hoje, tem mantido as portas abertas ao sindicato, nos informando “pari passu” sobre os acidentes e andamentos ambientais que vêm se sucedendo. Devemos e podemos acreditar nesse trabalho que vem sendo realizado. Numa visita hoje que fizemos à empresa pudemos notar que a reparação vem sendo feita. Vejo hoje pessoas que empunham a bandeira do movimento ambientalista e que ontem poluíram e degradaram o meio ambiente, deixando um passivo trabalhista e ambiental de grande monta em Vazante. Não vi ninguém, do Vereador ao Governador, levantar a voz em defesa desses trabalhadores. O que se ouve é o clamor desses companheiros nas barras dos tribunais até hoje em busca de soluções. Havemos pois que achar o ponto de equilíbrio para todas as nossas situações. É o que tenho a colocar. Muito obrigado. (- Palmas.)

**O Sr. Presidente** – Vamos passar a palavra para o Sr. José Oswaldo, Presidente do Sindicato das Indústrias Extrativas de Paracatu.

**O Sr. José Oswaldo** – Sr. Presidente, só uma pequena correção, é Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas. O que tenho a dizer vai na direção de todos os discursos. Falar que a empresa CMM tem um problema ambiental todos estão vendo que tem. Falar que é uma empresa séria, correta e que está buscando uma solução para esse problema todo mundo está vendo.

O que talvez não estejam vendo é aquilo que o companheiro Leonardo levantou: uma empresa de propriedade do Grupo Quibo, controlada pela família Barreto, deixou 375 pais de família de Vazante na rua da amargura, na miséria. Muitos estão aqui e podem comprovar o que estou dizendo. Muitos estão sendo mantidos pela Sociedade São Vicente de Paula. Essas pessoas honestas trabalharam durante 30 ou 40 anos para aqueles patrões, que simplesmente venderam a empresa e deixaram os trabalhadores sem receber um centavo de seus direitos trabalhistas.

Além disso, a empresa tem um passivo ambiental muito grande. Dirigindo-me à companheira da AMDA, informo que a empresa o fechou, mas continuava em operações mesmo sem a licença ambiental do órgão competente. Em dezembro de 1997, a empresa faliu. Esse processo se arrasta há três anos na justiça. A família continua protelando a decisão final da justiça: o Juiz de Vazante determinou que a empresa fosse a leilão, a fim de sanar uma parcela dessa questão social. O Tribunal, para a nossa infelicidade, concordou com a argumentação da empresa, concluindo que só pode ir a leilão após uma avaliação criteriosa. Com tal decisão, serão mais três ou quatro anos que os trabalhadores ainda irão esperar por seus direitos. Isso não é justo, se é que podemos falar em justiça nessa altura do campeonato.

Estamos trazendo essa questão, porque a audiência foi convocada para discutir os impactos sociais e ambientais. Assim, solicitamos que a Assembléia Legislativa crie uma comissão para discutir com o sindicato e com a sociedade de Vazante a retirada da concessão de lavra dessa família, repassando-a para uma empresa que deseje realmente trabalhar. Para toda concessão existe uma condicionante. A nossa sugestão é o pagamento imediato do passivo ambiental. Hoje, pela manhã, iniciamos essa discussão com o Deputado Federal Gilmar Machado e com o Senador Jorge Dutra. Queremos que a Assembléia se empenhe conosco nessa luta, a fim de que tiremos os direitos ambientais daquela família. Assim, poderemos discutir com quem realmente queira assumir e amenizar o mal causado à cidade de Vazante. Muito obrigado.

**O Sr. Presidente (Deputado Fábio Avelar)** – Convidamos para tomar assento à mesa o Dr. Alessandro Garcia Silva, Promotor de Justiça de Vazante. Com a palavra, o Dr. Belchior Alves de Araújo.

**O Sr. Belchior Alves de Araújo** – Boa tarde, senhoras e senhores. Falo não como Presidente da Câmara, mas como representante da comunidade de Vazante. Hoje, durante



uma visita à Companhia Mineira de Metais, juntamente com os Deputados, assistimos ao “slide” dessa empresa, que, há 50 anos funciona em Vazante. São 50 anos de seriedade, 50 anos de benefícios ao nosso município, ao Estado, e diria que até ao planeta Terra.

Recebi os relatórios do Ministério Público, que denunciavam a Companhia Mineira de Metais. Não lhes dei atenção, porque há 26 anos trabalho nessa empresa. Tomei conhecimento das denúncias feitas pelos Deputados Silas Brasileiro e Antônio do Valle e pelo pessoal de Lagamar, não sei se do diretório do PMDB. Na verdade, nenhum deles tem conhecimento do que está se passando aqui. Com a Lei Robin Hood, o Município de Lagamar está usufruindo de uma parcela de benefícios.

O Leonardo disse que os Vereadores não comentavam esse assunto. Muitas vezes, encaminhei ofícios e abaixo-assinados dos Vereadores ao Ministro de Minas e Energia, ao Governador Itamar Franco e ao Presidente Fernando Henrique Cardoso. Mas nada foi feito. A Companhia Mineira de Metais teve impacto social zero. Peço desculpas aos representantes do Poder Judiciário, mas esse pessoal teria de estar na cadeia, pois existem muitos pais de família que estão mendigando, dependendo de cesta básica, que temos feito para esse pessoal, e a Justiça ainda dá ouvido a eles. Sr. Presidente, Deputado Fábio Avelar, e demais componentes, gostaria que, nessa audiência fosse feita uma chave para trancar todas as denúncias contra a Companhia Mineira de Metais e para abrir a MASA de vez, dando emprego para nosso povo, que mora na beira do rio e está morrendo de sede. (- Palmas.)

**O Sr. Presidente** – Vamos passar a palavra ao Dr. Alexandre Garcia Silva, Promotor de Justiça.

**O Sr. Alexandre Garcia Silva** – Exmo. Sr. Dr. Fábio Avelar, Deputado que hoje preside os trabalhos, por meio de quem saúdo os demais presentes, realmente não preparei nada para falar nesta audiência pública, porque já havia falado na audiência pública do dia 8 de agosto. É necessário que se façam alguns esclarecimentos, pois acho que a audiência de hoje está sendo deturpada.

A audiência foi convocada para se tratar do dano ambiental, em tese, ocasionado pela Companhia Mineira de Metais. A MASA não é objeto de audiência pública. Não vamos desvirtuar. Na MASA, temos problemas ambientais e problemas trabalhistas, mas este não é o momento oportuno para tratarmos disso. Não podemos usar esta reunião como palanque para defender interesses próprios, interesses comerciais.

Mais uma vez, quero fazer uma retificação: Não sou representante do Poder Judiciário, sou membro do Ministério

Público, sou defensor da sociedade. Esta é a primeira crítica que tenho a fazer.

A segunda crítica, que me causa espécie, é que nunca encaminhei qualquer tipo de expediente para a Câmara Municipal questionando a Companhia de Metais. Portanto, isso é uma inverdade. Eu, como Promotor de Justiça, nunca encaminhei nenhuma denúncia, como foi falado aqui.

Com relação ao que já falei na audiência pública e, repetindo, não com base em interesses pessoais, mas com base em dados, com base no laudo elaborado pela Universidade Federal de Uberlândia que constata que no rio Santa Catarina há presença de metais sólidos em grande quantidade, com relação a estudos efetuados, que o doinamento não é gerado tão-somente por causas naturais, mas é potencializado por atividade mineradora. A minha posição é essa e não vou admitir qualquer tipo de insinuação que venha a afetar a imagem do Ministério Público, porque, enquanto for Promotor de Justiça, enquanto existir uma democracia, é dever do cidadão comunicar e levar qualquer tipo de ocorrência para ser apurada. É interesse da Companhia de Metais que isso seja apurado. Causa-me espécie alguém perguntar por que levaram isso ou por que levaram aquilo. Amanhã, quem está reclamando é que pode ser beneficiado. Essas coisas devem ficar claras. Existem também o relatório do IBAMA, que vou encaminhar a V. Exa., o laudo da Ufo(?) e outra documentação que constata isso. Não estou perseguindo ninguém, não tenho interesse comercial e não devo nada a ninguém. Estou defendendo a sociedade e no momento em que for solicitado irei atendê-la. Muito obrigado.

**O Sr. Presidente** – Vamos passar a palavra ao Dr. Jackson Soares Guimarães, Prefeito Municipal de Vazante.

**O Sr. Jackson Soares Guimarães** – Meus cumprimentos à Mesa e à comunidade vazantina. Vazante é a maior reserva de zinco do mundo e a comunidade vazantina quer trabalhar, quer ter dignidade pessoal e estamos dando passos lentos para que isso aconteça. A reivindicação dos trabalhadores da MASA é que ela volte a funcionar. É interesse de todos. A comunidade de Companhia Mineira de Metais também quer ter a tranqüilidade de ter seus trabalhadores executando suas tarefas, sustentando suas famílias, mas é necessário que a comunidade esteja tranqüila. É necessário que os órgãos ambientais se posicionem. Em tudo que precisei, a empresa esteve aberta. Ela quer cumprir as metas, mas é necessário defini-las para deixar a nossa comunidade trabalhar tranqüila. Vamos ter audiências e mais audiências e a insegurança do nosso trabalhador continuará. Queremos ter o benefício de nossa reserva. É o que a nossa comunidade almeja e espero que também o Executivo o Legislativo. A Companhia Mineira de Metais é coisa séria, mas é necessário abrir o diálogo e definir as metas para que essa comunidade possa trabalhar tranqüila, possa desenvolver todos os compromissos que poderiam haver de impactação ambiental. Pelo que conheço e pelo pouco tempo na administração municipal, em nenhum momento ela fugiu ao diálogo e

às compensações com a nossa comunidade. Todas as vezes em que a procurei, a comunidade teve o benefício. É necessário que se abra o diálogo e defina metas para que também essa empresa e seus trabalhadores possam trabalhar tranquilos, porque a necessidade da comunidade vazantina é usufruir daquilo que Deus nos deu. Aquele que criou o mundo quis que se colocasse aqui essa reserva e que vivessem aqui aqueles que pudessem trabalhar ou viver dos bens que aqui tivessem. É necessário que nós, comunidade, empresa, Deputados, sindicato, Promotor e judiciário, unamos nossas mãos para que possamos desenvolver um trabalho digno daquilo que toda a comunidade vazantina quer. Queremos o bem-estar de cada um, mas para isso é necessário que todos se unam. Ninguém está fugindo dos impactos ambientais. Independente da empresa, queremos que se definam as compensações para que nossa comunidade possa trabalhar tranqüila.

Não deixo aqui um pensamento de radicalismo, mas de união. Deixo mensagem aos trabalhadores da MASA de que é interesse de toda a comunidade reativar essa mineradora independente de como venha a ser reativada. A Companhia Mineira de Metais assim poderia desenvolver os seus projetos. Houve investimentos altos devido à preocupação constante com o meio ambiente. Essa preocupação também reflete em nossa comunidade. A Companhia Mineira de Metais tem nos dado a nós, da administração municipal, total apoio à comunidade vazantina. Durante esse pequeno período de tempo, só tenho a agradecer.

Quero pedir aos Deputados que façam com que haja definições e decisões para que nosso povo possa trabalhar tranqüilo e sustentar suas famílias sem a preocupação do que venha a ocorrer. Os órgãos ambientais estão legalmente capacitados para definir as direções daquilo que houver. Infelizmente, nós, da administração municipal, não temos condições técnicas para definir quanto à parte técnica. Entendemos que está havendo um trabalho constante para que se desenvolva o trabalho de mineração sem um impacto tão grande como está sendo questionado. Mas queremos paz para trabalhar. Esperamos que os órgãos ambientais ilegais definam as suas metas, mas deixem o nosso povo tranqüilo trabalhar e sustentar nossas famílias porque essa riqueza foi feita aqui não por nós, mas por Deus. Muito obrigado a todos.

(- Palmas.)

**O Sr. Presidente** - Gostaríamos de registrar a presença do Sr. Nivaldo Donizette Alves, Vereador de Lagamar, e dos Vereadores de Vazante, Eurípedes Tomás de Aquino, Domingos Fernandes da Silva, Jessé Ventura de Noronha, Nilson Antônio da Silva, Francisco Secundino Pereira, Hely dos Reis Custódio, Gilson Correia Ferreira, Sebastião Francisco Guimarães e Donizete Vila da Silva.